



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Ata da Audiência Pública realizada no dia dezenove de março do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. Por voltas das dez da manhã, o cerimonialista, senhor AGENOR OLIVEIRA, saudou a todos os presentes e informou que a presente audiência pública se destina a **DEBATER A PROBLEMÁTICA DA MOBILIDADE URBANA EM RELAÇÃO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO INTERMUNICIPAL ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E REGIÃO METROPOLITANA QUE COMPÕE BELTERRA E MOJUÍ DOS CAMPOS**, por força da solicitação feita através do requerimento Nº **358/2025**, de autoria do vereador ALAÉRCIO CARDOSO (PSD). Para compor a mesa dos trabalhos convidou: Excelentíssimo Senhor Vereador ALAÉRCIO CARDOSO – autoria do requerimento que originou esta audiência; Engenheira ADRIANA SCHERER, neste ato representando o Secretário Regional de governo NÉLIO AGUIAR; Senhor MARCELINO XAVIER, Secretário Municipal de Transporte, representando a Prefeitura Municipal de Santarém; Excelentíssima senhora DIMAIMA NAYARA SOUSA MOURA – Vice-Prefeita da cidade de Belterra; Vereador ANTÔNIO LINEU – representante da Câmara Municipal de Belterra; Ilustríssimo senhor ANTÔNIO AGUIAR – Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito de Mojuí dos Campos; Ilustríssimo senhor EVALDO SENA – representante da Ordem dos Advogados do Brasil subseção/Santarém; Ilustríssimo senhor Inspetor SIDMAR OLIVEIRA - Polícia Rodoviária Federal; Comandante tenente coronel EDUARDO CARVALHO – representante da 35ª BPM. Também estiveram compondo a Mesa de discussões: Senhor CHIQUINHO DA UMES, neste ato representando o deputado federal Júnior Ferrari; senhor EDNALDO VERAS, representante da SETRAN/Santarém; senhor JOSÉ DO SOCORRO DA CRUZ, presidente representante da ARTRAN; senhor THIAGO FERREIRA representante das empresas operadoras: Nacional, Shalom, Machado e Pepa Transporte/STM; Senhora DAÍRA DA SILVA LIMA - Associação dos Estudantes de Belterra; senhor JOSÉ DO SOCORRO DA CRUZ E FABIANA LIMA – Representantes da ARTRAN; senhor WILLIAM SOUZA da Costa ex-vereador de Belterra - representante do Conselho Municipal de Alter do Chão; senhora RENATA QUEIROZ AQUINO – representante da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA; senhora CARMEN LÚCIA LEAL DE ANDRADE – representante do Instituto Federal do Pará - IFPA. Composta a Mesa, o presidente desta audiência, vereador Alaércio Cardoso, cumprimentou o público presente e solicitou ao cerimonial que registrasse a presença dos vereadores, destacando que esse pedido partiu de sua iniciativa. Fez questão de convidar os parlamentares para compor as bancadas, mencionando nominalmente os vereadores URIAS PINGARILHO, ANDREO RASERA, RENILSON VINTE, a quem também convidou para compor a mesa de trabalho como presidente da Comissão de Transporte da Câmara Municipal de Santarém, JOZIEL COLARES, ALBERTO PORTELA, ERASMO MAIA e a vereadora BÁRBARA MATOS, que neste ato está sendo representada pela servidora Ruth Dolzani. Ele agradeceu a Deus pela realização desse momento importante para o município de Santarém e declarou aberta a audiência pública, que teve origem por meio de um requerimento de sua autoria, aprovado por unanimidade pela Câmara. Ressaltou a relevância do tema a ser debatido e o objetivo de buscar encaminhamentos concretos. Registrou ainda a presença do representante do vereador MANO DADAI, o senhor DR. EDIVALDO FILHO, e agradeceu a participação de todos os presentes, mesmo em uma manhã chuvosa. Cumprimentou os integrantes da mesa, os demais convidados e a Ordem dos Advogados do Brasil, demonstrando gratidão pelo apoio. Em seguida, convidou o vereador ERASMO MAIA para realizar a leitura do requerimento que deu origem à audiência pública e registrou a presença da vereadora ELITA BELTRÃO, convidando-a para integrar a mesa de discussões. Em seguida, convidou o vereador Erasmo Maia (União) realizou a leitura do requerimento que originou a audiência pública. Em seguida, o presidente ALAÉRCIO CARDOSO justificou a ausência de alguns vereadores, explicando que estavam envolvidos em outras atividades, reuniões e viagens. Registrou também a presença do vereador SÉRGIO PEREIRA e convidou o senhor EVERSON VERAS, diretor da empresa Startec, para compor a mesa de discussões. O vereador **ALAÉRCIO CARDOSO** destacou que o requerimento para a



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

realização da audiência surgiu de diversos diálogos entre vereadores e comissões da Câmara Municipal, principalmente a Comissão de Transporte, da qual faz parte, bem como da Comissão de Educação e outras comissões temáticas. Também mencionou as conversas com o secretário municipal de Transporte, MARCELINO XAVIER, presente à mesa, sobre as dificuldades enfrentadas pelo município no setor de mobilidade. Relatou sua origem na comunidade de Amparo, próximo ao Cedro, e compartilhou a realidade enfrentada por moradores e estudantes dessas áreas, que têm dificuldades de deslocamento até a zona urbana de Santarém, onde se concentram os cursos superiores. Ressaltou a importância da integração entre Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, municípios que compartilham equipamentos públicos e enfrentam desafios semelhantes. Também mencionou a região da Calha Norte, a PA-370, Uruará e outras localidades que utilizam Santarém como município sede. Enfatizou que o diálogo com o governo estadual é fundamental para a superação desses gargalos de mobilidade, pois as secretarias municipais atuam de forma isolada e é necessário um esforço conjunto. Defendeu que os demais municípios também realizem debates internos sobre suas realidades locais e regionais, destacando conexões rodoviárias importantes como a BR-163 e a Transamazônica. O presidente mencionou ainda distritos de Santarém, como Alter do Chão e Curuai (no Lago Grande), reforçando a necessidade de ouvir os moradores dessas regiões, muitos dos quais estudam na cidade. Anunciou a realização de uma sessão itinerante da Câmara no distrito de Curuai, com o objetivo de compreender melhor essas demandas. Por fim, orientou sobre o processo de inscrição para fala durante a audiência, solicitando que os participantes sejam breves, limitando-se a dois ou três minutos, para garantir que todos possam se manifestar. Afirmou que, após a fala das universidades e entidades presentes, será aberta a palavra também aos vereadores, que têm prerrogativa de intervir a qualquer momento. Convidou, a senhora **CARMEN LÚCIA**, representante do Instituto Federal do Pará (IFPA) que agradeceu a oportunidade e informou que, há alguns anos, o IFPA tem encaminhado diversos ofícios ao município e às empresas de transporte, solicitando esclarecimentos sobre a ausência de uma linha de ônibus que atenda diretamente à instituição, localizada na Avenida Castelo Branco, entre as ruas Turiano Meira e Diamantino. Explicou que as paradas mais próximas ficam distantes, próximas à Delegacia da Mulher e ao supermercado CR, o que representa um grande desafio, especialmente para os estudantes do turno da noite. Destacou também a ocorrência de assaltos nesse trajeto, motivo pelo qual agradeceu o apoio do Tenente-Coronel Eduardo. Mencionou que, ao final do ano letivo, a situação se agrava ainda mais, pois há redução na frota de ônibus, o que compromete o transporte dos alunos, especialmente durante as festividades de Natal e Ano Novo. Relatou que o IFPA está elaborando, juntamente com os estudantes, um documento com todas as reivindicações, que será encaminhado à Câmara Municipal para contribuir com os encaminhamentos da audiência. Ressaltou a necessidade de uma linha com horário estendido para atender melhor o turno noturno, pois, atualmente, a instituição precisa encerrar as aulas até, no máximo, 21h30, o que prejudica o aproveitamento acadêmico. Finalizou agradecendo novamente pela oportunidade e reiterando o compromisso de colaborar com o debate. Em seguida, o presidente convidou a senhora GLÓRIA, do setor de planejamento da Secretaria Municipal de Transporte (SMT), para integrar a mesa de discussões. Também convidou a senhora LILIA BRAGA, representante do Ministério Público Estadual, para compor a mesa. A representante da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), doutora **RENATA QUEIROZ AQUINO**, agradeceu a oportunidade e apresentou um panorama sobre a mobilidade urbana na Região Metropolitana de Santarém - RMS, composta pelos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, conforme instituído pela Lei Complementar Estadual nº 79/2012. Explicou que a mobilidade entre esses municípios se dá, majoritariamente, por meio de rodovias estaduais e federais, além do transporte hidroviário, essencial para o deslocamento de pessoas e escoamento de cargas. Destacou a importância da BR-163 e da PA- 431 na conexão terrestre da região, mencionando ainda que Belterra possui forte vocação para o agronegócio e o turismo. Segundo o plano de mobilidade de Santarém, é necessário garantir uma rede rodoviária segura e bem sinalizada, bem como promover a acessibilidade e a segurança em todo o trajeto intermunicipal, com integração entre linhas



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

urbanas e rurais. Disse que o documento também orienta a regulamentação de serviços como táxi, mototáxi e transporte por aplicativos, buscando reduzir a dependência do transporte individual. Ressaltou que a mobilidade é um fator essencial para o desenvolvimento regional, o fortalecimento do comércio e do turismo, além da melhoria da qualidade de vida. Por fim, apresentou dados sobre o aumento da frota de veículos na RMS entre 2010 e 2021, que triplicou, enquanto a população teve crescimento modesto, evidenciando uma maior dependência do transporte individual e um desafio crescente para o planejamento da mobilidade urbana. Em seguida, o presidente registrou a presença da vereadora IVANIRA FIGUEIRA e a presença do senhor ANDERSON AUGUSTO, secretário municipal de mobilidade urbana e trânsito de Belterra. Em continuidade, convidou o representante do Conselho Comunitário de Alter do Chão, senhor **WILLIAM SOUSA**, indígena da etnia Borari, membro do Conselho e concluinte do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela UFOPA. Destacou a relevância da audiência pública para debater melhorias no transporte público, especialmente para Alter do Chão, importante destino turístico nacional cuja economia depende majoritariamente do turismo. Criticou a precariedade dos serviços prestados pela empresa Eixo Forte, apontando problemas como: ausência de bagageiros nos ônibus, falta de climatização, horários irregulares, principalmente aos finais de semana e feriados, superlotação, falta de fiscalização, carência de paradas adequadas e dificuldades enfrentadas pelos moradores das áreas mais afastadas. Defendeu a criação de uma rota interna na vila e de um itinerário que atenda o campus Tapajós da UFOPA. Questionou o distanciamento da empresa em relação à comunidade local, inclusive pela não contratação de moradores da vila, e cobrou mais efetividade do Conselho Municipal de Transporte. Criticou os reajustes tarifários que não correspondem à melhoria do serviço. Mencionou ainda deficiências no atendimento da empresa Startec, responsável pela bilhetagem, e sugeriu a adoção do pagamento via Pix nos ônibus. Finalizou solicitando formalmente que todas as demandas fossem encaminhadas pelo Legislativo à empresa Eixo Forte, ao Conselho Municipal de Transporte, ao Executivo e à Startec, com pedido de resposta em até 30 dias. Ressaltou que sua fala tem caráter coletivo e visa o aprimoramento do serviço público de transporte. A seguir, fez uso da palavra a senhora **DAÍRA DA SILVA LIMA**, secretária da Associação dos Estudantes Universitários de Belterra e coordenadora geral do Diretório Central dos Estudantes da UFOPA, que relatou sua experiência pessoal com o transporte intermunicipal, desde os 13 anos de idade. Atualmente, aos 23 anos, está concluindo sua graduação, mas destacou as condições precárias enfrentadas diariamente pelos estudantes que dependem do transporte entre Belterra e Santarém. Criticou a falta de qualidade e de respeito das empresas que operam o serviço, ressaltando que os ônibus são antigos, sem fiscalização adequada e, frequentemente, não cumprem os horários, tornando os deslocamentos longos e cansativos. Segundo ela, essa realidade desestimula muitos jovens de Belterra a cursarem o ensino superior, levando alguns a abandonarem os estudos ou a se mudarem para Santarém, caso tenham condições. Informou que a prefeitura de Belterra disponibiliza, atualmente, um transporte universitário noturno, que beneficia cerca de 60 estudantes. No entanto, aqueles que estudam durante o dia continuam enfrentando grandes dificuldades. Denunciou também a inexistência de uma sede adequada para emissão das carteiras de estudante, e a consequente humilhação enfrentada pelos universitários ao serem impedidos de pagar meia passagem, mesmo apresentando documentos que comprovam o direito garantido por leis estadual e municipal. Ela cobrou da ARTRAN uma fiscalização efetiva sobre os transportes e reivindicou a criação de um local próprio para emissão das carteiras estudantis, afirmando que o Estado deve facilitar esse acesso. Finalizou pedindo respeito e qualidade no serviço, reforçando que, sem um transporte digno, os jovens deixam de investir em Belterra e acabam contribuindo para o desenvolvimento de outros municípios. Também entregou um documento com provas e reivindicações formais ao presidente desta sessão. Em sequência, o presidente ALAÉRCIO CARDOSO registrou que ficará aberto o recebimento de encaminhamentos por escrito até a sexta-feira. Informou que qualquer entidade dos três municípios poderá enviar suas contribuições por escrito, as quais serão anexadas aos encaminhamentos desta audiência pública. Destacou a importância de garantir o direito de todos participarem e se



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

manifestarem nesse espaço. O ex-vereador **CHIUINHO DA UMES**, em razão do mês de celebração do Dia Internacional da Mulher, aproveitou para saudar todas as mulheres presentes e os integrantes da mesa, em especial representantes da Companhia Docas do Pará (CDP), da qual faz parte como diretor. Também cumprimentou diversas lideranças, secretários municipais, vereadores de Santarém e Belterra presentes na audiência. Justificou a ausência do deputado ao qual representa, informando que, por ser dia de votação de matérias relevantes no Congresso Nacional, não pôde comparecer, mas autorizou a representação e o recebimento de encaminhamentos da audiência pública, que serão formalizados por meio de ata e ofício. Destacou que, após uma audiência promovida no ano anterior pela promotora LILIAN BRAGA sobre o trânsito de carretas e os impactos causados, ficou acordado que o município elaboraria um plano de ordenamento. Esse plano visaria regular o acesso e a circulação das carretas, minimizando os prejuízos. Disse que a Companhia Docas participou ativamente das discussões, reunindo operadores e se comprometendo a avaliações trimestrais em conjunto com o poder público. Finalizou colocando-se à disposição para colaborar com aquilo que estiver ao alcance da CDP, reforçando o compromisso com a população de Santarém e o apoio à Câmara Municipal. O senhor **EDINALDO VERAS**, presidente do SETRAN/STM, cumprimentou os membros da mesa e destacou a necessidade de implantação de um sistema metropolitano de transporte, considerando o crescimento urbano ao longo das rodovias BR-163 e Curuá-Una, especialmente no eixo entre Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Segundo ele, essas regiões apresentam características urbanas, com cidadãos que se deslocam diariamente para Santarém para estudar, trabalhar, realizar compras e acessar serviços diversos. No entanto, o atual sistema intermunicipal não se integra ao transporte urbano da cidade, o que compromete a fluidez do trânsito e a eficiência do transporte público como um todo. Mencionou o exemplo de Belém, que, por não ter implantado um sistema metropolitano integrado, enfrenta atualmente um trânsito denso, causado pela entrada desordenada de ônibus intermunicipais. Ele alertou que, sem uma estrutura adequada, Santarém poderá enfrentar o mesmo problema, já que cerca de 40 ônibus oriundos de Mojuí dos Campos e Belterra entram diariamente na cidade sem qualquer ordenamento. Como solução, defendeu a criação de terminais de integração que conectem os sistemas urbano e metropolitano. Ressaltou que o sistema metropolitano tem uma natureza urbana, pois é utilizado de forma recorrente por pessoas que realizam deslocamentos diários para compromissos como escola, trabalho ou serviços bancários. Por isso, é necessário realizar estudos para encontrar uma viabilidade econômica que possibilite sua implantação. Finalizou afirmando que o sistema metropolitano ainda não foi formalmente criado, mas é urgente que isso aconteça. Enfatizou que o transporte coletivo urbano de Santarém já possui estrutura como a bilhetagem eletrônica, a qual pode ser aproveitada para integrar os dois sistemas, melhorando o atendimento à população que depende diariamente do transporte entre os três municípios. O senhor **DR. THIAGO FERREIRA**, representante das empresas operadoras Nacional, Shalom, Machado e Pepa Transportes, cumprimentou os presentes e destacou pontos relevantes levantados anteriormente por representantes do IFPA, Ulbra, estudantes e do senhor Williams Souza. Ele explicou que as empresas de transporte intermunicipal operam sob autorização da ARTRAN, agência reguladora responsável pela emissão das licenças. Os horários estabelecidos são das 5h às 20h, conforme determinação da agência. No caso específico de Belterra, há uma licitação feita pela prefeitura para garantir transporte gratuito aos estudantes no horário das 22h, com itinerário que contempla as instituições de ensino superior, incluindo o IFPA. O custo desse serviço é arcado pelo próprio município. Destacou que a mesma medida poderia ser adotada por Mojuí dos Campos, considerando que, para manter o equilíbrio econômico-financeiro, é preciso haver demanda real para justificar a operação no período noturno. Quanto à suspensão dos ônibus durante o período de férias, mencionou que isso é provavelmente definido pelo próprio município, dado que os estudantes não estariam frequentando as aulas. Sobre a integração das linhas intermunicipais com o transporte urbano de Santarém, reforçou que o transporte intermunicipal não pode operar itinerários urbanos. Informou que, atualmente, apenas seis ônibus estão autorizados oficialmente a realizar esse transporte, operados pelas empresas representadas,



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

embora haja aproximadamente 40 veículos operando de forma irregular, muitos deles ligados a cooperativas. Citou o exemplo da comunidade São Jorge, no km 92 da BR-163, cujos veículos, embora não autorizados pela ARTRAN, realizam transporte intermunicipal. Defendeu que a solução não é simplesmente retirar esses ônibus das comunidades, mas sim criar um ordenamento que permita a operação regular, respeitando os limites legais e evitando concorrência com o sistema urbano de Santarém, que é licitado e operado de forma exclusiva. Alertou que, por falta de fiscalização e regulação, ocorre sobreposição entre os sistemas, gerando concorrência indevida. Em relação à linha de Alter do Chão, esclareceu que se trata de uma linha urbana, e não intermunicipal, portanto, sujeita a regras distintas. Salientou, porém, que há uso indevido do transporte de passageiros para fins de carga, o que tem gerado reclamações e poderá ser solucionado com a criação de um serviço semirrodoviária, com compartimentos próprios para o transporte de mercadorias em dias específicos. Por fim, abordou a questão da gratuidade e do passe estudantil. Explicou que, em Santarém, o passe estudantil é regido por lei municipal e concedido apenas a estudantes da cidade. Já no âmbito intermunicipal, o direito à meia passagem é regulamentado pela Lei Estadual nº 7.327/2009, a qual exige critérios específicos, como a ausência de oferta de ensino médio gratuito no município de origem ou a comprovação de baixa renda para estudantes de instituições particulares. Propôs a criação de uma representação da comissão tripartite em Santarém para facilitar o acesso dos estudantes da região ao benefício. Encerrou afirmando que, diante do alto número de gratuidades, é fundamental que se criem subsídios públicos para garantir a sustentabilidade do sistema, destacando que o transporte coletivo é o único serviço que atende gratuitamente idosos, pessoas com deficiência e estudantes sem limitação de quantidade. Colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos. O presidente Alaércio Cardoso (PSD) registrou a presença do Vereador **BIGA KALAHARI** e vereadora **BÁRBARA MATOS**. A seguir, concedeu a fala ao vereador **RENILSON VINTE** (PSD) presidente da Comissão de Transporte da Câmara de Santarém. Após os cumprimentos, parabenizou o vereador Alaércio Cardoso pela iniciativa do debate, considerando o tema do transporte público um dos principais gargalos enfrentados pela população. Destacou que, como presidente da Comissão de Transporte, recebe reclamações constantes, principalmente relacionadas à região do Maracanã e Santarenzinho. Informou que, naquela mesma noite, às 19h30, haveria uma reunião com presidentes de bairros da área do Maracanã na Associação de Moradores do bairro Salvação, para tratar justamente das deficiências no serviço de transporte público. Aproveitou para convidar os demais vereadores e o secretário MARCELINO XAVIER. Ressaltou que o problema do transporte é antigo, mas defendeu que, por meio da boa vontade entre os diversos entes envolvidos: ARTRAN, empresas, Câmara e Prefeitura, é possível avançar. Enfatizou que o diálogo é essencial para encontrar soluções viáveis. Defendeu a concorrência no setor de transporte como forma de melhorar o serviço prestado à população, comparando com o setor comercial, onde a competitividade leva à excelência no atendimento. Segundo ele, as empresas de transporte precisam oferecer o melhor serviço, e, se houver dificuldades, como más condições das ruas ou tarifas, é necessário dialogar para encontrar saídas. Sobre o transporte de mercadorias junto ao de passageiros, reconheceu que, mesmo não estando previsto nos contratos, poderia ser avaliado por meio de diálogo e boa vontade. Apontou ainda que o transporte clandestino é reflexo da demanda existente, ou seja, se há oferta irregular é porque há necessidade não atendida pelo sistema oficial. Finalizou colocando seu gabinete à disposição de todos para contribuir com a busca de soluções, reforçando o compromisso com a fiscalização e o diálogo. Propôs a análise dos editais de concessão em conjunto com a SMT e a Prefeitura, para verificar os itinerários e obrigações contratuais, e reiterou seu empenho em trabalhar para melhorar tanto o serviço para a população quanto as condições para as empresas. A vereadora **ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** dirigiu-se ao representante das operadoras de transporte criticando a abordagem adotada em sua fala. Segundo ela, o representante concentrou-se em atribuições que não são responsabilidade das empresas, mas sim dos órgãos públicos, e não respondeu à principal demanda apresentada pelos estudantes do IFPA: a inexistência de uma linha de ônibus específica para atender a instituição, o



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

que impossibilita qualquer proposta de ampliação de horários. Também contestou a forma como o representante tratou a questão da concorrência e da informalidade, afirmando que os problemas estruturais do sistema de transporte foram ignorados. Destacou como grave o sucateamento da frota e a irregularidade dos horários, temas que, segundo ela, não foram sequer mencionados, tampouco houve qualquer proposta concreta de solução por parte das operadoras. Em relação à demanda dos moradores de Alter do Chão, reforçou que, se há necessidade de bagageiro nos ônibus, cabe à empresa fornecê-lo como parte do serviço prestado. Finalizou solicitando que, em sua próxima manifestação, o representante das operadoras concentre sua fala nas necessidades reais e específicas que foram apresentadas durante a audiência pública. O vereador enfermeiro **JOZIEL COLARES (PRD)** expressou indignação com a situação do transporte público em Santarém, afirmando que, apesar dos discursos dos representantes das empresas parecerem “bonitos”, é preciso colocá-los em prática. Parabenizou o vereador **RENILSON VINTE** pelas colocações feitas como presidente da Comissão de Transporte e ressaltou que compartilha das mesmas preocupações. Criticou as condições dos ônibus, principalmente o fato de estarem lotados e sem ar-condicionado, o que considera desumano, especialmente nos horários de pico. Comparou a situação dos passageiros à de animais, afirmando que, em muitos casos, os seres humanos estão sendo tratados com menos dignidade. Ele apresentou uma denúncia grave envolvendo o senhor **JUAREZ CHAVES DA SILVA**, que teria sido maltratado dentro de um ônibus coletivo. Relatou que foi necessário acionar uma viatura da Polícia Militar para retirar o idoso do veículo, e questionou se a delegada do idoso havia sido convidada para participar da audiência, já que há um boletim de ocorrência registrado e uma representação no Ministério Público sobre o caso. Reforçou que a dignidade humana precisa ser respeitada, não apenas em hospitais, mas também no transporte público, e demonstrou revolta com o que chamou de humilhação sofrida por este cidadão. Defendeu que o Ministério Público se manifeste sobre a denúncia e cobre providências. Apoiou a proposta de concorrência no transporte coletivo, como forma de romper o monopólio e melhorar a qualidade do serviço, e solicitou que o senhor Juarez possa se manifestar na audiência pública para relatar sua experiência. Reforçou seu compromisso com a população, colocando seu gabinete à disposição para acolher denúncias e cobrar soluções. Finalizou cobrando ação do secretário **MARCELINO XAVIER** e sua equipe jurídica, ressaltando a necessidade de climatização nos veículos. Declarou, por fim, seu repúdio à atual situação e reafirmou sua solidariedade ao cidadão denunciando o ocorrido. O senhor **EVERSON VERAS**, diretor da empresa Startec, iniciou sua fala respondendo às indagações feitas pelo senhor **WILLIAM SOUZA**, esclarecendo a atuação da empresa como concessionária responsável pela bilhetagem eletrônica e pelo monitoramento da frota do transporte coletivo municipal em Santarém. Informou que a empresa possui diversos pontos de atendimento: quatro totens de autoatendimento localizados em farmácias Primavera, um posto presencial na avenida Fernando Guilhon e o serviço de emissão do passe estudantil por meio do site, que representa 30% das emissões realizadas neste ano, com opção de entrega em domicílio. Destacou ainda o fornecimento ao município de um sistema de monitoramento em tempo real da frota, compartilhado com a Secretaria Municipal, e o aplicativo SIG, que permite a compra de créditos e o pagamento via Pix, com leitura por QR Code no validador dos ônibus. Sobre a estrutura física da empresa, afirmou que o ambiente é climatizado, com 14 guichês de atendimento e capacidade para acomodar até 100 pessoas sentadas. Segundo ele, a alta demanda ocorre de forma sazonal, principalmente no período de renovação de carteiras estudantis, sendo atendida com um fluxo organizado de atendimento. Ao entrar na parte técnica, destacou que a audiência pública trata do transporte intermunicipal, e esclareceu que a gestão do transporte público se divide entre as esferas federal, estadual e municipal. No caso do transporte municipal, ressaltou que a Prefeitura de Santarém já realizou a licitação para concessão do serviço, com três empresas atualmente responsáveis pela operação, conforme estabelece a Lei nº 8.987/1995. Afirmou que não há concorrência entre essas empresas no modelo de concessão, sendo que o foco está no cumprimento contratual e na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Explicou que, em Santarém, não há subsídios tarifários, o que dificulta a oferta de um serviço de qualidade com tarifa acessível.

Ressaltou a importância do subsídio como solução para garantir tarifas justas à população e remuneração adequada às empresas, e parabenizou o vereador BIGA KALAHARE por ter proposto projeto de lei municipal que trata do tema. Sobre o transporte intermunicipal, esclareceu que ele funciona atualmente por meio de autorizações emitidas pela ARTRAN, sem a existência de concessões formais. Explicou que, para a criação de novas rotas, é necessário que operadores interessados apresentem propostas à agência, e que a ausência de determinada linha decorre da inexistência de interessados em operar naquela região. Citou como exemplo a demanda por uma linha para o IFPA, sugerindo que seja feito um chamamento público ou que se busque um operador disposto a atender a rota. Encerrando sua fala, agradeceu a oportunidade, colocou-se à disposição para esclarecimentos e defendeu que as discussões da audiência pública se concentrem na busca por soluções baseadas na legislação vigente, reforçando a importância de um debate técnico e propositivo. O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** se solidarizou com o senhor JUAREZ CHAVES em razão do ocorrido relatado anteriormente. Ressaltou, contudo, que sua contribuição seria focada no tema principal da audiência: o transporte intermunicipal, apontando que os problemas do transporte municipal merecem debate próprio em outro momento oportuno. Compartilhou experiências pessoais, lembrando que já utilizou o transporte intermunicipal entre Santarém e Belterra por necessidade, descrevendo a viagem como extremamente desconfortável, sobretudo nos horários de pico, quando a lotação e o calor tornam o trajeto insuportável, agravado pelas lombadas recentemente instaladas na rodovia para garantir a segurança dos usuários. Observou que a região onde se insere Santarém se configura como uma região metropolitana, o que demanda políticas públicas diferenciadas. Enfatizou a importância da atuação da ARTRAN e a necessidade de mais fiscais e servidores para garantir uma fiscalização eficiente, pois atualmente o quadro funcional é reduzido diante da complexidade do município. Relatou diversas reclamações de moradores de Belterra, que utilizam o transporte coletivo por necessidade, não por opção. Defendeu a urgente atualização do sistema de transporte, tanto intermunicipal quanto municipal, considerando o crescimento da região. Também abordou a necessidade de um ônibus de linha com espaço para carga, especialmente para comunidades como Alter do Chão e Belterra, onde os passageiros frequentemente trazem mercadorias do centro urbano. Sugeriu a realização de reuniões conjuntas entre as câmaras municipais de Santarém e Belterra para buscar soluções integradas. Destacou a dificuldade enfrentada por trabalhadores que saem de Belterra às 5h ou 6h da manhã e, além da jornada de trabalho, enfrentam um retorno igualmente desgastante. Defendeu que as responsabilidades sejam compartilhadas entre os poderes públicos e enfatizou a importância de discutir projetos de maior impacto, como o que trata do subsídio ao transporte público. Explicou que não se trata de favorecer empresas, mas de garantir um atendimento digno à população que depende do transporte coletivo, especialmente diante da precariedade da frota e das vias. Por fim, ressaltou a necessidade de encaminhamentos práticos ao fim da audiência, destacando a presença do Ministério Público, representado pela promotora Lilian Braga, como oportunidade para que a discussão resulte em avanços concretos para quem sofre diariamente com os problemas do transporte. O vereador **ERASMO MAIA (UNIÃO)** sugeriu ao vereador ALAÉRCIO CARDOSO que seja realizado futuramente um recorte mais específico da discussão, considerando que a audiência aborda uma temática ampla, mas que, neste momento, está centrada no transporte intermunicipal. Por esse motivo, evitou tratar com profundidade a questão do transporte municipal. O vereador fez um apelo em favor da comunidade do Cedro, localizada em Santarém, mas que sofre indefinições no atendimento por parte do transporte coletivo, uma vez que é atendida por ônibus que operam no município de Belterra. Segundo ele, a população, especialmente os estudantes universitários, enfrenta dificuldades no deslocamento para Santarém. Sugeriu que seja realizado um estudo para ampliação e ajuste da linha do Tabocal, como forma de contemplar adequadamente os moradores da referida comunidade. Ressaltou que Santarém conta com três empresas operando o transporte público, cada uma responsável por diferentes áreas da cidade, o que demanda uma análise específica por perímetro para tratar das precariedades e dos ajustes necessários. Defendeu que o Poder Executivo realize estudos técnicos para promover melhorias e

reduzir o tempo de espera enfrentado pelos usuários. Concluiu enfatizando que a falta de controle e fiscalização contribui para o crescimento do uso de transportes clandestinos e por aplicativo, o que evidencia a urgência de respostas concretas para garantir o atendimento eficaz à população. Em seguida, foi concedida a palavra ao senhor **JOSÉ DO SOCORRO DA CRUZ**, gerente operacional da ARTRAN, que esteve representando o diretor EDUARDO RIBEIRO. Ele apresentou um panorama da atuação da Agência de Regulação de Transportes do Estado do Pará (ARTRAN), criada em dezembro de 2023, em substituição à antiga ARCON. Relatou que, no período de um ano, a agência avançou significativamente, com a instalação de sua sede em Belém e a distribuição de agentes nos principais polos do estado. Informou que, apesar das dificuldades enfrentadas em processos seletivos simplificados (PSS) para contratação de mão de obra, a ARTRAN permanece empenhada em fortalecer sua presença em todo o território paraense. Enfatizou os avanços na fiscalização, mencionando a parceria com a Polícia Militar, o que viabilizou a disponibilização de viaturas em Santarém e Itaituba. Destacou ainda que agentes da região receberão smartphones com sistema integrado, possibilitando que denúncias, sugestões e ocorrências sejam enviadas diretamente à agência em Belém, otimizando a atuação fiscalizadora. Sobre a COGEMEP, esclareceu que essa comissão não é de responsabilidade da ARTRAN, e sim do Estado, composta por representantes estudantis, das transportadoras e do poder público. Ainda assim, comprometeu-se a levar à diretoria da ARTRAN a solicitação para que seja viabilizada uma equipe itinerante da COGEMEP nas regiões com maior demanda. Quanto à regulamentação do transporte, destacou que não há monopólio no setor e que, conforme a Lei Estadual nº 10.079, qualquer empresa interessada pode apresentar estudos de viabilidade para abertura de linhas intermunicipais. Ressaltou que a ARTRAN não concede autorizações, apenas regula, sendo a Secretaria de Estado de Transportes e Infraestrutura (SETRAN/INFRA) o órgão responsável pelas autorizações. Finalizou colocando a agência à disposição para receber os encaminhamentos advindos da audiência pública e se comprometeu a repassá-los à diretoria para análise e eventuais providências. O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** solicitou a palavra para apresentar uma sugestão à ARTRAN. Relatou que recebeu denúncias sobre a apreensão de veículos por parte da agência, especialmente de motoristas de aplicativos que realizam transporte intermunicipal. Diante disso, sugeriu que a ARTRAN suspenda temporariamente essas apreensões, permitindo um prazo para que o sistema de transporte público se reestruture e consiga atender de forma eficaz à população. Ressaltou que, embora o transporte por aplicativo nessa modalidade esteja em situação irregular, não é justo penalizar os motoristas que buscam suprir uma deficiência evidente do transporte público. Finalizou afirmando que é necessário considerar a realidade da população, que depende desse serviço alternativo para chegar ao seu destino, uma vez que o transporte regular não tem conseguido atender plenamente à demanda. A estudante **IANA COHEN**, representante da Associação dos Estudantes Universitários de Belterra, fez uso da palavra para destacar os principais problemas enfrentados no transporte intermunicipal, especialmente pelos estudantes da região. Ela abordou inicialmente a dificuldade no acesso à carteira intermunicipal de meia-passagem, cuja emissão depende da Comissão Gestora Tripartite da Meia Passagem Estudantil Intermunicipal do Pará - COGEMEP. Ressaltou que, embora o edital preveja que as instituições de ensino solicitem o documento, muitas universidades não o fazem, e quando solicitam, há um longo atraso para a entrega. Citou, inclusive, um caso de constrangimento vivido por uma aluna em um ônibus, ao ser cobrada pela apresentação da carteira que ainda não havia sido emitida, embora solicitada dentro do prazo. Sobre o transporte coletivo, afirmou que não há qualidade no serviço prestado. Apresentou relatos de ônibus superlotados, quebrando com frequência, circulando sem cobrador e com infraestrutura precária. Mencionou que há linhas previstas para além do “linhão universitário”, que deveriam atender trabalhadores e demais cidadãos de Belterra, mas que essas linhas não funcionam como previsto. Finalizou fazendo um apelo por respeito e dignidade no transporte intermunicipal, reforçando que estudantes e trabalhadores belterrenses merecem um serviço digno, confortável e fiscalizado, uma vez que enfrentam longas viagens diárias para exercer seus direitos à educação e ao trabalho. Em seguida, o presidente convidou a



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

vice-prefeita do município de Belterra Senhora **DIMAIMA NAYARA MOURA**. Ela agradeceu o convite e ressaltando a importância do tema para a região metropolitana. Ela destacou que o processo para implantação do transporte intermunicipal, especialmente a linha universitária, foi uma necessidade urgente, uma vez que as empresas inicialmente se recusaram a operar as linhas. Destacou que a decisão sobre a rota foi feita em conjunto com os estudantes, e hoje há 170 alunos cadastrados para o “linhão universitário”, demonstrando que há demanda para esse serviço. Enfatizou a necessidade de um passe único coletivo na região metropolitana, afirmando que o município de Belterra está disposto a lutar junto com a Câmara Municipal de Santarém para garantir esse direito aos estudantes, que tem sido negado. Ela também mencionou que a demanda ultrapassa os limites do município, citando a comunidade do Cedro como exemplo, que atualmente não é atendida adequadamente, o que causa constrangimento e frustração aos alunos. Finalizou seu discurso reforçando o compromisso de unir forças entre as Câmaras Municipais de Belterra e Santarém, assim como com a ARTRAN, para garantir o direito dos estudantes ao transporte digno, durante todo o dia, facilitando o acesso à educação e promovendo a ascensão social por meio da melhoria da mobilidade na região. Em seguida, fez uso da palavra o vereador **ANDREO RASERA (PL)** que destacou a importância do debate sobre o transporte intermunicipal, considerando-o uma pauta sensível tanto no âmbito intermunicipal quanto intramunicipal. Relatou as dificuldades enfrentadas pelos usuários, denunciando a má qualidade dos serviços prestados por empresários atualmente habilitados, especialmente quanto ao uso de ônibus antigos e inseguros. Fez um apelo para que, na ausência de veículos em boas condições, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) atue não com o objetivo de interromper os serviços, mas para garantir segurança e dignidade aos passageiros. Ressaltou que muitos estudantes estão sendo prejudicados, chegando a perder aulas por falhas no transporte, como a inexistência de linhas homologadas para instituições como UFOPA, IESP, IFPA e UNAMA. Declarou surpresa ao descobrir a existência da ARTRAN e demonstrou expectativa de que a nova estrutura traga melhorias ao transporte intermunicipal e urbano. Manifestou preocupação com a falta de acessibilidade nos veículos, afetando especialmente pessoas com deficiência, mães atípicas e idosos, e criticou o comportamento de motoristas que desrespeitam esses públicos. Compartilhou sua experiência com um projeto de lei voltado à inclusão de pessoas autistas, citando que a empresa Startec, responsável pela bilhetagem, hoje possui psicólogo no quadro técnico para validar laudos. Destacou que o objetivo da audiência pública não é punição, mas a construção de soluções concretas. Elogiou a iniciativa da vice-prefeita de Belterra, que firmou parcerias para garantir o transporte de estudantes, sugerindo que Mojuí dos Campos adote medida semelhante. Criticou a demora de quase 20 anos para a realização de uma licitação do transporte urbano em Santarém, e apontou falhas nas empresas vencedoras, como a proibição do transporte de cargas simples nos ônibus. Chamou atenção ainda para o uso desorganizado das vias urbanas por ônibus de comunidades e colônias, bem como para a falta de abrigos e infraestrutura adequada nas rotas. Reforçou que oferecer transporte de qualidade é um dever do poder público, e que o que falta, muitas vezes, é vontade política. Encerrou agradecendo aos presentes e reconhecendo o papel essencial do Ministério Público na fiscalização e na defesa dos direitos dos cidadãos. Em seguida, fez uso da palavra o senhor **DR. EVALDO SENA**, representante da OAB/Santarém, que iniciou justificando a ausência da presidente da subseção, Dra. PÂNYSA MONTEIRO, e do presidente da Seccional, Dr. SÁVIO BARRETO, ausente por motivos de saúde. Destacou também sua atuação como membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Cumprimentou os presentes, com destaque às mulheres pelo mês de março, além de homenagear o senhor Juarez, como símbolo da pessoa idosa, e uma estudante participante, reconhecendo o engajamento da juventude no debate. Parabenizou o vereador **ALAÉRCIO CARDOSO** pela realização da audiência pública, e lamentou a ausência de representantes estudantis de Santarém, mesmo com ampla participação de jovens de outros municípios, como Belterra e Mojuí dos Campos. Defendeu que o espaço seja voltado à construção coletiva, e não a acusações. Ressaltou a importância do diálogo entre instituições como a OAB, o Conselho da Pessoa Idosa, o Ministério Público, a Polícia Civil e a Secretaria de Assistência



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Social, para a formulação de políticas públicas efetivas. Propôs soluções práticas, como a criação de um ponto de integração entre os municípios, sugerindo que Santarém transporte os estudantes até sua divisa e Belterra assuma o restante do percurso. Reforçou que a audiência precisa gerar resultados concretos, para que não se torne apenas espaço de discursos. Citou como exemplo a experiência do Conselho da Pessoa Idosa no diálogo com a empresa de bilhetagem Startec, inclusive em horários alternativos, visando atender melhor a população idosa. Concluiu colocando a OAB à disposição da sociedade por meio de suas comissões temáticas, reafirmando o compromisso da instituição na defesa dos direitos da população, em qualquer tempo ou lugar. Em seguida, foi concedida a palavra ao senhor **HERMES CORRÊA BESSA**, especialista em Direito de Trânsito, Mobilidade Urbana, Engenharia de Tráfego e Planejamento e Gestão de Trânsito. O especialista iniciou questionando a ausência da ANTT em Santarém, apesar da presença da BR-163, uma rodovia federal com intenso tráfego. Comparou a situação à de Marabá, onde a agência já atua fiscalizando o transporte intermunicipal e interestadual. Defendeu que, em futuras audiências públicas, representantes da Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT, inclusive de Brasília, sejam convocados para prestar esclarecimentos. Criticou a falta de fiscalização adequada e ressaltou que, conforme a legislação, é proibido transportar passageiros em pé ou sem cinto de segurança em viagens intermunicipais e interestaduais, norma frequentemente desrespeitada na região. Parabenizou os municípios de Mojuí dos Campos e Belterra pela elaboração de seus Planos de Mobilidade Urbana, obrigatórios por lei e recomendados pelo Ministério Público. Manifestou apoio à proposta de criação de um bilhete único para a região metropolitana de Santarém, especialmente em benefício dos estudantes, que atualmente precisam pagar múltiplas tarifas. Sugeriu que essa medida seja incluída nos planos de mobilidade em andamento. Destacou ainda o programa ID Jovem, que garante gratuidade ou meia passagem para jovens de 15 a 29 anos em viagens intermunicipais e interestaduais, e lamentou a baixa divulgação desse direito. Informou que está prevista uma campanha de conscientização sobre o programa. Finalizou reiterando a necessidade da participação da ANTT nos debates sobre transporte e reforçou a importância de se cumprir a legislação que proíbe o transporte de passageiros em pé e sem cinto de segurança. O senhor **ANTÔNIO AGUIAR**, representante da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de Mojuí dos Campos, fez uso da palavra. Parabenizou o vereador ALAÉRCIO CARDOSO pela iniciativa da audiência pública e reconheceu a importância do debate sobre o transporte intermunicipal, considerado um dos maiores desafios enfrentados pelos municípios. Informou que Mojuí possui 123 comunidades atendidas por apenas 18 ônibus, que operam com qualidade, mesmo diante das dificuldades das estradas e do período chuvoso, sem registros de reclamações em sua gestão. Em contraste, denunciou a má qualidade do serviço prestado pela empresa Pepa, que atua no trajeto entre Mojuí e Santarém. Relatou 35 denúncias recentes envolvendo veículos sucateados, superlotação e descumprimento de horários, o que afeta estudantes e trabalhadores. Criticou a ineficiência da ARTRAN diante dessas queixas. Recordou que, desde 2016, o município assumiu o transporte universitário, que deveria ser responsabilidade da concessionária. Atualmente, são transportados cerca de 220 alunos por dia com dois ônibus próprios, o que gera um custo mensal de R\$ 330 mil. Ressaltou que esses recursos poderiam ser investidos em outras áreas se o contrato fosse cumprido. Criticou também o processo de emissão das carteirinhas estudantis, exigidas para a meia passagem, que obriga os estudantes a se deslocarem até Belém. Apesar de uma ação pontual com equipe itinerante no ano anterior, afirmou que a solução precisa ser estrutural. Defendeu a instalação de uma equipe fixa da ARTRAN na região metropolitana de Santarém e pediu urgência na resolução dos problemas enfrentados no transporte intermunicipal entre Mojuí e Santarém. Finalizou seu discurso afirmando que os moradores merecem respeito e um transporte digno, cobrando uma fiscalização efetiva por parte dos órgãos competentes. A vereadora **BÁRBARA MATOS (PP)** afirmou que a discussão sobre o transporte intermunicipal é urgente e necessária. Criticou a atuação da ARTRAN e da empresa de bilhetagem Startec, especialmente quanto à reavaliação de laudos médicos, prática que, segundo ela, fere normas do Conselho Federal de Medicina. Solicitou atenção especial do



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Ministério Público a essa questão. Destacou diversas falhas no transporte público: ônibus que não atendem às comunidades, horários irregulares, má conservação de veículos, inclusive escolares, falta de abrigos em pontos de parada e más condições das vias. Reforçou que as empresas concessionárias devem cumprir suas obrigações legais e que a população não pode ser penalizada pela má gestão ou ausência de fiscalização. Enfatizou que a audiência não visa acusar, mas cobrar responsabilidade dos envolvidos. Afirmou que o transporte coletivo deve ser tratado com seriedade, dada a responsabilidade de transportar vidas diariamente. Citou acidentes graves ocorridos no município e defendeu que as discussões da audiência resultem em ações concretas. Considerou o evento um marco no ano legislativo e cobrou responsabilização efetiva dos entes públicos e privados envolvidos. O vereador **RENILSON VINTE (PSD)** defendeu o princípio do livre comércio como base para discutir a concorrência no transporte público. Afirmou que, embora as empresas concessionárias tenham direitos assegurados, caso não atendam adequadamente à população, enfrentando problemas como superlotação, atrasos e descumprimento de horário, deve-se considerar a abertura de novas licitações para outras empresas participarem do serviço. Comparou o transporte ao comércio, argumentando que a concorrência melhora a qualidade dos serviços. Reforçou que sua posição não é contra as empresas existentes, mas em defesa dos usuários, que merecem um transporte público digno e eficiente. Destacou que a audiência pública é o espaço apropriado para ouvir representantes das empresas e órgãos competentes, cobrando propostas concretas para solucionar os problemas relatados. Finalizou reafirmando seu compromisso com os interesses da população e com um diálogo construtivo. Em seguida, a promotora de Justiça, **DRA. LÍLIAN BRAGA**, parabenizou a iniciativa da audiência pública, destacando que, para o Ministério Público, esses espaços são fundamentais para a coleta de informações que subsidiam decisões e possíveis ações. Ressaltou que, pelo que ouviu nas manifestações, é evidente que a política pública de transporte intermunicipal precisa ser debatida, estruturada e normatizada com urgência. Apontou que o serviço de transporte, em muitos casos, está sendo prestado de forma clandestina, o que exige providências imediatas. Alertou que, diante da clandestinidade, a Polícia Rodoviária Federal cumpre seu papel ao impedir a circulação desses veículos, o que muitas vezes gera apelos da população por se tratar de um serviço necessário. Contudo, destacou que a responsabilidade é do poder público em regulamentar esse serviço adequadamente. Mencionou que já acompanha, em sua promotoria, procedimentos relacionados à mobilidade urbana, sobretudo nas demandas das universidades. Observou que a temática é complexa e não se resolve com uma única audiência pública, exigindo o envolvimento conjunto do Legislativo, Executivo, empresários e sociedade civil. Comentou o caso apresentado pelo vereador **JOZIEL COLARES**, envolvendo o senhor **JUAREZ**, vítima de violência no transporte público. Demonstrou solidariedade e classificou o ocorrido como uma calamidade, especialmente pelo tratamento desrespeitoso em um serviço que, ainda que terceirizado, é público. Informou que buscou informações sobre o caso junto à promotoria especializada na defesa dos direitos da pessoa idosa, mas apenas localizou procedimento relacionado ao uso da porta dianteira nos ônibus. Segundo ela, houve deliberação do Conselho Municipal de Transporte aprovando, a partir de fevereiro, que os passageiros devem embarcar pela porta da frente, conforme solicitação do sindicato das empresas. Recomendou que mais informações sobre o caso do senhor Juarez sejam buscadas diretamente com a promotora responsável, Dra. Larissa Brandão, e colocou-se à disposição para novos esclarecimentos. Finalizou reforçando que a construção de uma política pública de transporte demanda empenho conjunto e desejou êxito aos parlamentares nos debates futuros, encerrando sua fala com agradecimentos e informando sua saída para cumprir outro compromisso institucional. O senhor **JUAREZ CHAVES** explicou que sua participação na audiência pública visava denunciar irregularidades envolvendo a empresa Startec e o sistema de transporte público. Criticou a exigência da empresa de embarque apenas pela porta dianteira e mediante apresentação de uma carteira própria, o que, segundo ele, desrespeita o artigo 240 da Constituição Federal e o artigo 39 do Estatuto do Idoso. Relatou ter sido impedido de desembarcar por não apresentar documentação adicional, mesmo tendo a carteira de passe livre. Informou a

existência de três processos criminais em curso contra empresas de ônibus por maus-tratos a ele. Denunciou um possível conflito de interesses, afirmando que a Startec pertence ao proprietário de duas empresas registradas em nome de seus filhos, configurando concentração de controle sobre o transporte. Usou a metáfora de “entregar a chave do galinheiro para a raposa” para ilustrar a situação. Disse possuir documentos obtidos via Lei de Acesso à Informação que comprovam irregularidades, e afirmou ter sofrido ameaças, incluindo a de ser retirado à força de um ônibus. Contestou a quantidade oficial de veículos declarada pelas empresas e questionou a composição do Conselho Municipal de Transporte, alegando falta de transparência e domínio empresarial. Finalizou colocando-se à disposição do vereador Alaércio Cardoso para apresentar provas e aprofundar as denúncias. O vereador **JOZIEL COLARES (PRD)** esclarecendo um episódio envolvendo o senhor Juarez Chaves e o policiamento ostensivo. Informou que, ao ser acionada pelo motorista do ônibus, a Polícia Militar não agiu com truculência, tendo, inclusive, se surpreendido com o fato de terem sido chamados para intervir naquela situação. O problema, segundo o vereador, deu-se entre o motorista e o senhor Juarez, que desejava embarcar e desembarcar pela porta dianteira do veículo. Afirmou ter conversado com um representante da Startec, que confirmou que a carteira do senhor Juarez está autorizada para uso pela porta da frente, devido à sua condição de pessoa com necessidades especiais. No entanto, destacou que é necessário um selo adicional na carteira, o que exige um cadastro prévio. Ressaltou que, nesse caso, o problema não está na Startec, mas sim na empresa de transporte e nos motoristas, que não estariam cumprindo os protocolos estabelecidos. Afirmou que, ao não permitir a saída pela porta dianteira, os motoristas estariam infringindo normas e até leis. Solicitou ao secretário municipal de Mobilidade e Trânsito, MARCELINO XAVIER, que tomasse ciência do ocorrido e que providências fossem tomadas. Por fim, informou que a denúncia do senhor Juarez já se encontra em análise no Ministério Público e que buscará mais informações junto à promotora responsável, DRA. LARISSA BRANDÃO. O vereador **LINEU ANTÔNIO** iniciou destacando a relevância da audiência pública e cumprimentando a todos os presentes. Ressaltou que reside há 21 anos no Pará e acompanha de perto a complexidade dos problemas relacionados ao transporte na região metropolitana. Reconheceu as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e demais usuários do transporte intermunicipal, especialmente entre Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém, mencionando que as prefeituras muitas vezes precisam suprir lacunas deixadas pelas empresas concessionárias. Destacou que, embora os empresários tenham custos, não podem visar apenas o lucro, devendo também prestar um serviço que atenda às necessidades da população. Citou exemplos de linhas problemáticas em Belterra, como as do São Jorge e do km 92, que ainda não foram devidamente regularizadas, mesmo após várias tratativas junto à ARTRAN. Defendeu que o transporte clandestino surge como resposta à ineficiência das linhas legalizadas e apontou a urgência de uma ação conjunta entre os poderes públicos municipais e os representantes legislativos. Afirmou que é necessário tratar com seriedade a situação da região metropolitana, propondo união entre os vereadores de Belterra, Mojuí e Santarém para buscar soluções imediatas e estruturais. Finalizou destacando que todos: poder público, empresários e população, devem ser beneficiados, com especial atenção ao trabalhador e ao estudante, que dependem do transporte público diariamente. Agradeceu e desejou que Deus iluminasse os caminhos para a construção de soluções concretas. A seguir, o presidente da audiência, concedeu a fala a mais duas pessoas da galeria que se inscreveram para fazer o uso da palavra. O senhor **MARCICLEY CALDAS NOGUEIRA**, presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e coordenador do Núcleo de Direito da Pessoa com Deficiência (NDPD), parabenizou pela realização da audiência e pelas falas anteriores. Denunciou a recorrência de dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência na emissão dos passes livres e na mobilidade urbana, rural e aquaviária. Informou sobre um projeto de lei de outubro de 2023, que trata do passe livre para pessoas com autismo (TEA), e pediu celeridade em sua tramitação na Câmara Municipal. Propôs como legado dos atuais parlamentares a alteração do artigo 134, inciso VI, letra A da Lei Orgânica Municipal, que limita o acesso ao benefício com base na locomoção. Ressaltou que mais de 30 mil pessoas com



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

deficiência estão sendo prejudicadas e pediu comprometimento dos vereadores com a aprovação da nova lei e a emenda à legislação vigente. O senhor **MURILO CARMO SOUZA**, representante dos motoristas de lotação de Belterra, fez um apelo à ARTRAN. Informou que ele e outros motoristas de aplicativos, residentes em Belterra, transportam diariamente passageiros entre Belterra e Santarém. Disse que a população, especialmente idosos e pessoas com deficiência, tem procurado esses motoristas por falta de ônibus e de assistência adequada das empresas. Relatou que um colega teve o carro apreendido ao realizar esse transporte e, desde então, está sem trabalhar. Pediu esclarecimentos sobre a possibilidade de legalização dessa atividade e se há alguma norma que permita a continuidade do transporte entre os municípios. Em seguida, fez uso da palavra o senhor **MARCELINO XAVIER**, secretário municipal de Mobilidade e Trânsito de Santarém, representando o prefeito José Maria Tapajós. Ele destacou a importância do tema tratado na audiência, reconhecendo sua complexidade e a necessidade de alinhamentos institucionais para garantir soluções eficazes à população. Informou que, desde o início da atual gestão da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, tem priorizado uma atuação proativa, não se limitando à burocracia administrativa, mas buscando estar presente nas comunidades e bairros para ouvir diretamente as demandas da população. Ressaltou que a missão da pasta vai além da gestão de veículos, abrangendo também a sinalização viária, a análise estatística e a prevenção de acidentes de trânsito no município. No que se refere ao transporte público, tanto urbano quanto intermunicipal, comunicou que a secretaria mantém diálogo contínuo com as empresas concessionárias, com o Poder Legislativo e com a sociedade civil. Destacou que o compromisso da atual gestão é prestar um serviço de transporte coletivo eficiente e de qualidade, superando as dificuldades burocráticas com agilidade e responsabilidade. Sobre a infraestrutura, informou que já foram instalados 10 novos abrigos de ônibus em Santarém, e há previsão para a implantação de mais 190, substituindo os modelos antigos de madeira. Enfatizou que todas as denúncias feitas pela população, seja por meio das redes sociais ou pelos canais oficiais da secretaria, são prontamente encaminhadas para apuração e atendimento por uma equipe técnica. Com relação aos diversos modais: ônibus, mototáxi, táxi e transporte por aplicativo, explicou que há frentes específicas de fiscalização atuando para garantir a regularidade e a qualidade dos serviços prestados. Reiterou que a tarifa é necessária para viabilizar o sistema de transporte, mas que a qualidade do serviço deve ser sempre assegurada. Finalizou solicitando o apoio da Câmara Municipal para que haja constante comunicação com a secretaria, especialmente no que diz respeito à divulgação de informações sobre contratos, valores e políticas públicas em andamento. Ressaltou que as informações repassadas à população devem ser claras, corretas e responsáveis, pois os vereadores representam diretamente os interesses dos cidadãos. Colocou a secretaria à disposição para reuniões técnicas, audiências públicas e demais espaços de diálogo institucional, destacando o compromisso da equipe técnica em responder com seriedade às demandas da sociedade santarena. A seguir, o vereador **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)** registrou que devem se encaminhar para as considerações finais, pela inscrição que foi feita, pediu que as considerações finais sejam em torno de 2 minutos. O senhor **EDNALDO VERAS** destacou a necessidade de se compreender o conceito de transporte e qual modelo a sociedade deseja. Segundo ele, a maior dificuldade atualmente está em conciliar o custo real do transporte com a capacidade de pagamento da população. Ressaltou que, embora haja concorrência no setor, sobretudo com os aplicativos de mobilidade, estes não contribuem com impostos municipais, nem assumem responsabilidades sociais como a gratuidade para idosos. Essa diferença de encargos impacta diretamente o transporte coletivo, que fica sobrecarregado com obrigações que os outros modais não assumem. Apontou que o valor estimado da tarifa que garantiria a sustentabilidade do serviço é de R\$ 5,60, mas apenas R\$ 5,10 é repassado. Esse déficit compromete a qualidade do serviço oferecido, pois a diferença não é totalmente mitigada por subsídios ou isenções. Conforme destacou, há um déficit mensal de aproximadamente R\$ 300 mil nas contas das empresas, valor que foi apresentado ao Conselho Municipal e submetido ao Executivo anterior, sem retorno até o momento. Afirmou que o setor tem interesse em oferecer um transporte público de qualidade, com veículos modernos e



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

climatizados, mas isso depende de viabilidade econômica. Lembrou que um ônibus novo custa atualmente cerca de R\$ 820 mil, o que torna a renovação da frota um desafio tanto para as empresas quanto para o poder público. Informou que há um projeto estadual prevendo a destinação de 40 ônibus elétricos para Santarém, conforme anunciado pelo Ministério das Cidades. Contudo, ainda não se sabe como e quando esses veículos serão implantados no município. Por fim, afirmou, também na condição de proprietário da empresa Viação Transportes Urbanos, que há interesse na aquisição de novos veículos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, reforçou que qualquer mudança de modal ou melhoria substancial no sistema implicará em aumento de custos, e que é preciso decidir como essa diferença será arcada: pela população, pelo poder público ou por ambos. Encerrou sua fala agradecendo o espaço e reiterando a complexidade da questão, reforçando que não há soluções simples ou imediatas, mas que é preciso discutir com responsabilidade e clareza sobre o modelo de transporte que se deseja construir. O senhor **THIAGO FERREIRA** iniciou suas considerações referindo-se à vereadora Elita Beltrão, mencionando que talvez ela não tenha compreendido integralmente a fala das empresas. Esclareceu que a ARTRAN é a entidade responsável por autorizar e fiscalizar as empresas que operam o transporte intermunicipal, definindo os horários que devem ser cumpridos. Caso haja demanda, outras empresas podem ser autorizadas a atuar, conforme previsto para o transporte intermunicipal. Destacou a importância de se considerar as peculiaridades de cada município e situação. Citou, por exemplo, o município de Belterra, onde o itinerário do transporte estudantil universitário foi definido em reunião com os próprios alunos, evidenciando que existem situações específicas que podem diferir da percepção geral, sem que isso descarte a existência de problemas. Reconheceu que o transporte público pode e deve ser aprimorado em todos os seus aspectos, inclusive o intermunicipal, e que as empresas operadoras estão trabalhando conforme as autorizações e fiscalizações da ARTRAN. Reforçou a necessidade de maior fiscalização e de uma ação conjunta entre a Câmara Municipal de Santarém, o Poder Executivo e os municípios da região metropolitana para reorganizar o transporte, especialmente na área urbana do município de Santarém. Sugeriu a realização de um estudo técnico de viabilidade econômica para avaliar a implementação de linhas de ônibus, ressaltando que a simples ideia de inserir um ônibus em determinado trajeto deve ser analisada sob a perspectiva da sustentabilidade econômica, pois o empresário precisa conseguir manter a operação da linha. Por fim, concordou com a necessidade de melhorias no transporte urbano, conforme também salientado pelo senhor EDNALDO VERAS, e enfatizou que problemas sempre existirão, mas que são imprescindíveis o diálogo e o esforço conjunto entre vereadores, operadoras e usuários para encontrar soluções que atendam a todas as demandas. Destacou que não basta apenas desejar ônibus com ar condicionado, é preciso viabilizar economicamente essa melhoria para que ela possa ser efetivamente implementada. Agradeceu a todos pela atenção. A vereadora **ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** afirmou que compreendeu perfeitamente a fala do representante das empresas, porém ressaltou que ele incorre no erro de não levar em consideração as necessidades que foram apresentadas durante a audiência. Reforçou que o foco e o objetivo do serviço prestado pelas empresas são exatamente as necessidades dos usuários aqui expostas. Destacou que, ao receberem a concessão, as empresas devem cumprir critérios estabelecidos pelo Estado, incluindo normas relativas aos veículos utilizados no transporte. Enfatizou que a peculiaridade da situação em questão está na total insensibilidade das empresas quanto ao cumprimento desses critérios legais no processo de concessão, evidenciado pela precariedade e sucateamento dos veículos e do serviço prestado. Concluiu afirmando que a verdadeira peculiaridade seria se as empresas atendessem satisfatoriamente aquilo que lhes foi concedido. O vereador **DR. ANDREO RASERA (PL)** agradeceu a presença de todos e ressaltou que, em sua concepção, uma questão importante ainda não foi devidamente esclarecida: a situação das pessoas com deficiência. Destacou a obrigatoriedade de que pessoas com deficiência entrem pela porta dianteira do ônibus e façam a certificação da carteirinha da STARTEC junto ao cobrador, questionando como isso ocorre na prática, principalmente com o veículo em movimento. Relatou um episódio envolvendo o



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

presidente da ADEFIS, que ao entrar pela frente escorregou e caiu, devido à sua limitação física, e indagou sobre como fica essa dinâmica para cadeirantes e pessoas com deficiência visual. Sublinhou que as leis parecem ter sido criadas sem considerar as dificuldades reais enfrentadas pelos usuários com deficiência, tornando ainda mais complexa a acessibilidade. Reforçou a importância da sensibilidade por parte das empresas, em especial a STARTEC, que assumiu a bilhetagem e o controle das gratuidades, reconhecendo a necessidade de quantificação econômica, mas lembrando que todos os dias há questionamentos quanto à validade dos laudos médicos usados para concessão dos benefícios, especialmente para pessoas autistas, cujo laudo muitas vezes é emitido por profissionais sem especialização adequada. Por fim, destacou que o município conta atualmente com cerca de 14 modalidades de gratuidade no transporte coletivo e reforçou que a audiência foi realizada para buscar respostas concretas, sempre com o intuito de garantir um transporte público de qualidade e sustentável, sem prejuízo às empresas operadoras. Parabenizou a condução da audiência e colocou a Câmara Municipal à disposição da população para continuar a tratar dessas demandas. A vereadora **BÁRBARA MATOS (PP)** parabenizou e agradeceu a presença de todas as entidades envolvidas na audiência. Destacou que a questão em debate não pode se resumir a um jogo de "me engana que eu gosto", ressaltando que a concessão do serviço deve vir acompanhada das condições adequadas para a sua execução. Enfatizou que esta Casa é um espaço de diálogo e que é necessário considerar as demandas de ambas as partes, deixando claro que não há intenção de prejudicar nenhuma empresa. Disse que o objetivo é garantir que sejam cumpridos os termos e requisitos acordados nos contratos firmados. Reconheceu a necessidade de tratar adequadamente a malha viária, bem como os custos envolvidos, como pneus, combustível e salários da categoria, e se colocou favorável a discutir formas que possibilitem às empresas operar com segurança e sustentabilidade. Por fim, reafirmou que esta Casa está à disposição para dialogar com as empresas e, se necessário, envolver o Poder Público Municipal para buscar soluções que assegurem a qualidade do serviço prestado, deixando claro que não será admitido o descumprimento dos contratos vigentes. O vereador **JOZIEL COLARES (PRD)** destacou a importância do conforto para os usuários do transporte coletivo. Manifestou interesse em conhecer a diferença entre o serviço prestado por esses ônibus climatizados e o serviço das demais empresas que não oferecem esse conforto aos passageiros. Expressou sua intenção de experimentar pessoalmente o serviço dessa empresa, convidando os demais parlamentares a acompanhá-lo, com o objetivo de verificar a qualidade do atendimento oferecido. Reforçou que não há oposição às empresas ou à Startec, mas sim uma defesa intransigente dos direitos da população, ressaltando que, ao representar o povo, não pode haver omissão diante das reclamações e dificuldades enfrentadas pelos usuários. Finalizou parabenizando a iniciativa da audiência pública, agradecendo a presença de todos os envolvidos, destacando a união de forças necessária para alcançar as soluções almejadas. Adiantou que apresentará requerimento à Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, solicitando informações detalhadas sobre os serviços prestados pelas empresas, visando maior transparência e aprimoramento do transporte público. O vereador **RENILSON VINTE (PSD)** ressaltou que seu comentário não foi contra as empresas de transporte, alinhando-se aos demais vereadores que destacaram o cumprimento do papel de representantes da população. Informou que já manteve conversas preliminares com alguns parlamentares e com o secretário da pasta, e sugeriu que também possa haver um diálogo direto com as empresas, a fim de levar as demandas da população. Destacou que, com boa vontade e diálogo, muitos problemas podem ser resolvidos, reconhecendo, porém, que nem tudo se resolve facilmente, já que ele próprio é comerciante e conhece as dificuldades existentes. Reafirmou que não há oposição às empresas, mas que é importante que elas estejam abertas ao diálogo para que todos sejam contemplados. Enfatizou que o foco da audiência pública foi o transporte intermunicipal, área na qual, segundo ele, o representante da ARTRAN deveria ter tido maior participação. Pediu desculpas aos presentes pelo baixo envolvimento deste órgão e informou que levarão as demandas da população diretamente ao gabinete do representante da ARTRAN. Comentou ainda sobre a existência de transporte clandestino, destacando que esta realidade é



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

decorrente da demanda não atendida pelo serviço regular. Ressaltou que a ARTRAN, enquanto órgão responsável estadual, deve atuar com eficiência para resolver essas questões, citando o exemplo da comunidade de Aramanaí, onde muitas famílias têm sofrido com a ausência de serviço autorizado. Apontou que o transporte clandestino não deve ser tratado como ilícito, pois presta um serviço necessário, e que a ARTRAN deve verificar a real demanda e abrir vagas regulamentadas para esses prestadores, garantindo que eles paguem impostos e beneficiem a população. Finalizou agradecendo a presença de todos e parabenizando o vereador Alaércio Cardoso pela iniciativa da audiência pública, pedindo ainda que o órgão competente reavalie sua fiscalização para melhor atender à população. Em suas considerações finais, o Vereador **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)** agradeceu a presença e a participação de todos os envolvidos, destacando os representantes dos três municípios envolvidos. Agradeceu às Câmaras Municipais de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra, bem como aos representantes das prefeituras desses municípios. Expressou gratidão às instituições parceiras, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Governo do Estado, representado pela ARTRAN, além das associações de estudantes presentes, especialmente os estudantes do município de Belterra. Ressaltou que esta audiência pública representa o início de um trabalho forte e articulado e propôs a realização de três reuniões de trabalho, uma em cada Câmara Municipal dos municípios envolvidos (Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra), para tratar dos assuntos pertinentes ao transporte público coletivo intermunicipal. Reforçou que os vereadores e representantes das prefeituras não aceitarão a situação atual do transporte público intermunicipal, destacando que a audiência pública constitui um marco para mudança no direcionamento dessa política. Também mencionou a importância de considerar os alunos e estudantes que utilizam o transporte coletivo, incluindo o transporte fluvial em Santarém. Por fim, afirmou que buscarão, junto aos governos estadual e federal, bem como à NTT, soluções para garantir os direitos da população dos três municípios. Destacou que os vereadores das três Casas Legislativas estarão empenhados nessa luta, pois foram eleitos para defender esses direitos. Encerrando a audiência, convidou todos para uma foto oficial, incluindo os alunos presentes. E, para constar, mandou lavrar a presente ata, que vai assinada por todos os presentes.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

FREQUÊNCIA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A PROBLEMÁTICA DA MOBILIDADE URBANA EM RELAÇÃO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO INTERMUNICIPAL ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E REGIÃO METROPOLITANA COM OS MUNICÍPIOS DE BELTERRA E MOJÚÍ DO CAMPOS, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD), realizada no dia 19/03/2025.

NOME	INSTITUIÇÃO
EVALDO SENA DE SOUSA	OAB
EDILSON LIRA PATROCÍNIO	ECOM - BELTERRA
Apuzanilha Lopes	AEUB - Belterra
Joarez C. Silva	
Diana da SILVA LIMA	DCE UFOPA - AEUB BELTERRA
Long family Lopes Cohen	DCE - UFOPA - AEUB - BELTERRA
Carlos André F. da Silva	AEUB. Belterra
Isabelle Lopes Pereira	AEUB. Belterra.
Isadora de Araújo Mota	AEUB. Belterra
Luiz Vanderley Costa Pereira Filho - MAJOR PM	35º BPM.
Paulo Bruno da Silva Galvão.	
Ronário Ferreira de Souza	
Murillo do Carmo Sousa	
Maria da Conceição SO	
Kleber Souza da Costa	gabinete.
Adriano Sousa	
Adriano Sousa	SETRAN
Adriano Sousa	Advogado - OAB/PA 26.891
Adriano Sousa	Funes del
Adriano Sousa	ITPA
Adriano Sousa	Conselho Comunitário Alta do Alto
Adriano Sousa	Prefeitura - Vice Prefeita
Adriano Sousa	VEREADOR - BELTERRA.
Adriano Sousa	PRF
Adriano Sousa	TEAS TAPAJÓ
Adriano Sousa	TEAS TAPAJÓ
Adriano Sousa	SMT.
Adriano Sousa	ARTRAN
Adriano Sousa	CMS
Adriano Sousa	CMS
Adriano Sousa	ARTEN
Adriano Sousa	ULBRA



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

FREQUÊNCIA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A PROBLEMÁTICA DA MOBILIDADE URBANA EM RELAÇÃO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO INTERMUNICIPAL ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E REGIÃO METROPOLITANA COM OS MUNICÍPIOS DE BELTERRA E MOJÚÍ DO CAMPOS, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD), realizada no dia 19/03/2025.

NOME	INSTITUIÇÃO
<i>Alaércio Cardoso</i>	
<i>Alaércio Cardoso</i>	
<i>Alaércio Cardoso</i>	
<i>Alaércio Cardoso</i>	SMT
<i>Alaércio Cardoso</i>	PGM - SMT.
<i>Alaércio Cardoso</i>	SMT
<i>Alaércio Cardoso</i>	Ulbra - Santarém.
<i>Alaércio Cardoso</i>	Smt
<i>Alaércio Cardoso</i>	CDP STM
<i>Alaércio Cardoso</i>	Alaércio
<i>Alaércio Cardoso</i>	SMT
<i>Alaércio Cardoso</i>	35º BPM
<i>Alaércio Cardoso</i>	Gabinete de Trabalho e Pesquisa
<i>Alaércio Cardoso</i>	SEMPAR / C/P
<i>Alaércio Cardoso</i>	Alaércio
<i>Alaércio Cardoso</i>	Câmara
<i>Alaércio Cardoso</i>	Ulbra
<i>Alaércio Cardoso</i>	TEAS
<i>Alaércio Cardoso</i>	SHALOM / MACHADO
<i>Alaércio Cardoso</i>	PePa Transportes
<i>Alaércio Cardoso</i>	AMB Prainha
<i>Alaércio Cardoso</i>	AMB PRAINHA
<i>Alaércio Cardoso</i>	CMS
<i>Alaércio Cardoso</i>	STARTEC -
<i>Alaércio Cardoso</i>	Vereador
<i>Alaércio Cardoso</i>	A-B. Santana
<i>Alaércio Cardoso</i>	AMOSAN
<i>Alaércio Cardoso</i>	SEMPAR / C/P
<i>Alaércio Cardoso</i>	MPA
<i>Alaércio Cardoso</i>	Belterra
<i>Alaércio Cardoso</i>	Vereador.
<i>Alaércio Cardoso</i>	CDP Santarém
<i>Alaércio Cardoso</i>	ÉPOCA TREINAMENTO